

Pesquisa Social UnB: condições para retomada do calendário acadêmico

Nota Técnica

Subcomitê de Pesquisa Social do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das
Ações de Recuperação ([CCAR](#)) da Universidade de Brasília

Brasília, julho de 2020

Histórico

Dentre as diversas ações empreendidas pela Universidade de Brasília relativas ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, foi criado em 14 de maio de 2020, através do Ato da Vice-Reitoria No. 014/2020, o Subcomitê de Pesquisa Social com a competência principal de levantar dados sociais e econômicos sobre a comunidade universitária, a fim de subsidiar o desenvolvimento de ações de enfrentamento à Covid-19, sob a coordenação do Comitê de Coordenação de Acompanhamento das Ações de Recuperação (CCAR).

O Subcomitê de Pesquisa Social é composto por um grupo interdisciplinar com larga experiência em pesquisa social, principalmente em levantamentos de opinião pública, desenvolvimento e aplicação de questionários e análise e apresentação de dados e resultados de pesquisa.

O Subcomitê, em apenas 6 semanas de atividade, concluiu a elaboração do questionário, a realização do trabalho de campo e a análise de dados. Foram coletados, ao todo, 25.897 questionários, preenchidos pelos quatro grupos da comunidade acadêmica: técnicos, docentes, discentes de graduação e discentes de pós-graduação. Trata-se do primeiro banco de dados desse tipo coletado de forma institucional pela Universidade de Brasília, com ampla cobertura e permitindo analisar a diversidade de perfis e situações das pessoas que dão vida à universidade.

A Pesquisa Social foi desenvolvida em etapas. O primeiro momento foi de elaboração do questionário. Foram inúmeras reuniões internas do Subcomitê até a definição de uma versão do instrumento. Essa proposta de questionário foi discutida em diferentes fóruns e com distintos coletivos da UnB: representantes da administração superior, Fórum dos Estudantes, reuniões com diretores de unidades e apresentação para os representantes de classe (ADUnB e Sintfub).

O questionário está dividido em cinco módulos que visam retratar objetivamente as condições da comunidade acadêmica para realização de trabalho remoto em face à necessidade de distanciamento social imposto pelo combate à pandemia da Covid-19. Assim, o questionário traz um levantamento do perfil socioeconômico da comunidade universitária (o primeiro tão detalhado e amplo), uma avaliação da disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet, condições de trabalho/estudo no domicílio, uso de ferramentas digitais e a situação de saúde dos membros da comunidade e suas famílias.

Após sua validação, iniciou-se a etapa seguinte, de coleta de dados. Os questionários foram aplicados online entre 6 e 26 de junho de 2020. Foram disparados e-mails para os grupos de docentes e técnicos e foi disponibilizado link público para o corpo discente. Assim, a pesquisa objetivou atingir a totalidade da comunidade acadêmica, mas o preenchimento do questionário foi voluntário,

sempre assegurando a confidencialidade das identidades dos respondentes quando da divulgação dos resultados, seguindo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi realizada intensa campanha de divulgação da pesquisa e de mobilização da comunidade para participação na pesquisa, com ativa participação das entidades de classe, com destaque para a colaboração do Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos.

Cabe destacar que, em plena pandemia, seria impossível a realização de coleta de dados de forma presencial, com aplicação face a face do questionário no formato de entrevistas estruturadas. A alternativa seria a realização da aplicação por telefone, contudo isso exigiria a definição de uma amostra – não seria possível terminar um trabalho de campo censitário e tão extenso em tão curto período de tempo – e um cadastro confiável de números telefônicos – algo indisponível.

Contudo, a escolha pelo formato de questionários online cria um paradoxo: como mensurar a falta de acesso à internet e equipamentos de informática se a forma de coleta exigia esse acesso? Atenta a esse problema, a Universidade de Brasília criou uma central de atendimento por telefone para atender àqueles que encontravam dificuldades de acesso à internet para preenchimento do questionário. A central, apesar de tamanho limitado, realizou mais de mil atendimentos por telefone e realizou entrevistas online por meio de busca ativa com base em cadastros de discentes em situação de vulnerabilidade. Assim, foram empreendidos todos os esforços para que a comunidade acadêmica pudesse participar da consulta.

Findo o trabalho de campo, a equipe do Subcomitê se voltou para a tarefa de limpeza, avaliação de qualidade e análise dos dados. Resultados preliminares foram apresentados em reuniões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) em duas ocasiões e em reunião da reitora com diretores. Assim, entre 14 de maio e 10 de julho, foram concluídas todas as etapas de uma extensa pesquisa de opinião pública com a comunidade acadêmica.

Finalmente, serão apresentados os seguintes produtos à comunidade acadêmica, além desta nota técnica:

- 1) Documentos com a apresentação dos resultados gerais agregados para a UnB dos dados do corpo docente e discente de graduação no formato de slides.
- 2) Documento com apresentação dos resultados desagregados para variáveis selecionadas para discentes de graduação no formato de slides.
- 3) Bancos de dados desidentificados para os quatro grupos da comunidade acadêmica (docentes, técnicos, discentes de graduação, discentes de pós-graduação), com os respectivos questionários.
- 4) Relatórios com as tabelas e figuras para os dados gerais de discentes de graduação e docentes e desagregados para variáveis selecionadas para discentes de graduação.

Características das Amostras e Aspectos Metodológicos

Os questionários foram disponibilizados para toda a comunidade acadêmica combinando o disparo de e-mails para docentes e técnicos, convidando ao preenchimento, e com a criação de um link público para acesso ao questionário para a comunidade discente, dada a limitação do uso de e-mails oficiais por parte desse grupo. O link público foi também disponibilizado para técnicos e docentes, novamente por questões relacionadas a limitações de uso e acesso aos e-mails oficiais.

Como a participação era voluntária, não houve adesão da totalidade da população, o que é completamente esperado em pesquisas desse tipo. A tabela 1 apresenta os resultados gerais da pesquisa por segmento.

Tabela 1: Resultados gerais da pesquisa por segmento

Segmento	Efetivos / Matriculados	Proporção da População	Pesquisa Social	Proporção da Amostra	Taxa de Resposta
<i>TÉCNICO</i>					
UnB	3266		1325		40,6
<i>PROFESSOR</i>					
DARCY RIBEIRO	2200	0,85	1710	0,85	77,7
FCE	147	0,06	120	0,06	81,6
FGA	128	0,05	95	0,05	74,2
FUP	111	0,04	85	0,04	76,6
UnB	2586	1,00	2010	1,00	77,7
<i>ESTUDANTE GRADUAÇÃO PRESENCIAL</i>					
DARCY RIBEIRO	34498	0,84	16822	0,82	48,8
FCE	2713	0,07	1626	0,08	59,9
FGA	2632	0,06	1385	0,07	52,6
FUP	1214	0,03	688	0,03	56,7
UnB	41057	1,00	20521	1,00	50,0
<i>ESTUDANTE POSGRADUAÇÃO PRESENCIAL</i>					
UnB	10126		2041		20,2

Obs.: Professores ativos permanentes; excluídos técnicos cedidos; Estudantes matriculados em 1/2020.

Fonte: Pesquisa Social UnB e dados cadastrais do DEG.

A maior taxa de resposta foi dos docentes, com a adesão de 77,7%. Esses dados serão trabalhados diretamente, dada sua ampla cobertura e decorrente limitado potencial para viés e distorções em relação à população. O grupo de discentes de graduação também teve uma taxa de resposta considerada aceitável e compatível com outras pesquisas do tipo (internet e por e-mail). Esses foram os dois grupos analisados mais detidamente pelo subcomitê, sem prejuízo para análises futuras mais detalhadas sobre técnicos e alunos de pós.

Além da taxa de resposta, é interessante apontar que há uma grande correspondência entre a distribuição da amostra e da população pelos diferentes campi para docentes e discentes, indicando que não houve distorção na distribuição da amostra por essas unidades amplas da universidade.

Contudo, como a taxa de resposta dos discentes de graduação foi de 50%, fica a dúvida sobre como a amostra dos que preencheram o questionário pode se diferir dos que não responderam. Dado que a pesquisa foi implementada predominantemente pela modalidade online, para uma pesquisa sobre acesso à internet, dentre outros temas, é importante identificar possíveis diferenças entre os que responderam o questionário e os que não responderam. Isso é fundamental para entendermos os limites dos dados coletados através da análise das possíveis correspondências e diferenças entre respondentes e não-respondentes.

Para a realização desse importante exercício, são necessários dados cadastrais, de registros administrativos do corpo discente de graduação. Constata-se, então, a necessidade de se fazer uma pesquisa social, como a que realizamos: os dados cadastrais são poucos. Assim, nossa comparação entre os dois grupos irá se limitar às categorias disponíveis na UnB, principalmente no Decanato de Ensino de Graduação (DEG), para comparar os respondentes e os não-respondentes.

Para a realização desse processo, foi necessário combinar a base de dados da pesquisa social com os dados cadastrais do DEG, por meio de um identificador comum, a matrícula. Nesse processo, foi feita também a limpeza da base de dados do corpo discente de graduação, tendo sido identificados questionários duplicados para 60 matrículas e 315 questionários com a inserção errônea da matrícula na base de dados da pesquisa social. Os questionários duplicados foram eliminados, mantendo-se o primeiro a ser preenchido, com base na data de preenchimento. Os 315 questionários com problemas na matrícula foram verificados na base de dados de registros administrativos, corrigidos e mantidos na base final da pesquisa social.

A Tabela 2 apresenta a composição dos dois grupos pelos indicadores cadastrais disponíveis. São estes: gênero, cotas, forma de ingresso e Região Administrativa de moradia. Fica claro que os dois grupos são muito parecidos e que se há uma discrepância é no sentido da amostra de respondentes da pesquisa social sobrerrepresentar discentes em potencial situação de vulnerabilidade social. Mais mulheres participaram, mais cotistas participaram, com destaque para aqueles de escolas públicas e baixa renda, mais discentes que ingressaram pelo PAS e menos pelo vestibular responderam o questionário. Assim, a amostra composta pelos que participaram da Pesquisa Social não apresenta viés ou distorção grave que contamine os resultados e pode ser vista como compatível com as características dos que não preencheram os questionários. Além disso, ela não apresenta uma sub-representação dos mais vulneráveis, muito pelo contrário.

Tabela 2: Comparação dos respondentes e não-respondentes em variáveis cadastrais disponíveis

Variável	Não Respondentes	Respondentes
Totais da população	19.448	20.102
Feminino	44%	57%
Masculino	56%	43%
Cotistas Escola Pública Baixa Renda	12%	17%
Cotistas Negros	5%	5%
Cotistas Indígena	0,35%	0,5%
Cotistas Escola Pública Alta Renda	21%	24%
Não Cotistas	61%	54%
Acesso por SISU	13%	14%
Acesso por PAS	30%	38%
Acesso por ENEM	7%	7%
Acesso por Vestibular	37%	30%

Fonte: Dados cadastrais do DEG.

Os dados cadastrais dos alunos apresentam o CEP de seu endereço, além do próprio endereço. Contudo, o endereço está registrado de uma forma que dificulta a identificação da Região de Administrativa (RA). Assim, essa informação tão importante, que nos ajuda a entender melhor o perfil dos estudantes, não está claramente disponível. Pois através do CEP conseguimos identificar as Regiões Administrativas de residência dos alunos e alunas da UnB, uma informação que não estava disponível para o banco de registros administrativos.

A Tabela 3 apresenta esses resultados. O total de CEPs recuperados é inferior ao da população, pois vários não foram identificados por RA. A distribuição indica, contudo, que há um número semelhante de CEPs identificados entre os respondentes e não respondentes.

Quando olhamos os locais de moradia dos estudantes que participaram da pesquisa, em relação aos que não participaram, as regiões centrais do Distrito Federal são subrepresentadas. Há menos respondentes que moram no Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte. Por outro lado, há mais respondentes que moram nas Regiões Administrativas que ficam na periferia geográfica do Distrito Federal como Brazlândia, Gama, Pôr do Sol e Ceilândia e Planaltina.

Tabela 3: Comparação dos respondentes e não-respondentes por Região Administrativa de Moradia

Região Administrativa	Não Respondentes	Respondentes	Total
Arniqueira	180	194	374
	48,13%	51,87%	100%
Brazlândia	179	218	397
	45,09%	54,91%	100%
Candangolândia	166	127	293
	56,66%	43,34%	100%
Ceilândia	1,263	1,404	2,667
	47,36%	52,64%	100%
Cruzeiro	323	338	661
	48,87%	51,13%	100%
Fercal	14	10	24
	58,33%	41,67%	100%
Gama	689	777	1,466
	47%	53%	100%
Guará	1,059	1,067	2,126
	49,81%	50,19%	100%
Itapoã	171	197	368
	46,47%	53,53%	100%
Jardim Botânico	525	511	1,036
	50,68%	49,32%	100%
Lago Norte	459	373	832
	55,17%	44,83%	100%
Lago Sul	390	336	726
	53,72%	46,28%	100%
Núcleo Bandeirante	179	192	371
	48,25%	51,75%	100%
Paranoá	190	190	380
	50%	50%	100%
Park Way	265	292	557
	47,58%	52,42%	100%
Planaltina	572	769	1,341
	42,65%	57,35%	100%
Plano Piloto	3,548	3,217	6,765
	52,45%	47,55%	100%
Pôr do Sol	103	175	278
	37,05%	62,95%	100%
Recanto das Emas	385	438	823
	46,78%	53,22%	100%
Riacho Fundo	170	186	356
	47,75%	52,25%	100%

Riacho Fundo II	179	235	414
	43,24%	56,76%	100%
SCIA	55	82	137
	40,15%	59,85%	100%
SIA	20	21	41
	48,78%	51,22%	100%
Samambaia	682	885	1,567
	43,52%	56,48%	100%
Santa Maria	453	528	981
	46,18%	53,82%	100%
Sobradinho	554	562	1,116
	49,64%	50,36%	100%
Sobradinho II	554	598	1,152
	48,09%	51,91%	100%
Sudoeste/Octogonal	576	565	1,141
	50,48%	49,52%	100%
São Sebastião	381	448	829
	45,96%	54,04%	100%
Taguatinga	1,191	1,34	2,531
	47,06%	52,94%	100%
Varjão	24	20	44
	54,55%	45,45%	100%
Vicente Pires	495	511	1,006
	49,2%	50,8%	100%
Águas Claras	964	1,052	2,016
	47,82%	52,18%	100%
Total	16,958	17,858	34,816
	48,71%	51,29%	100%

No Distrito Federal, os territórios informam também potenciais variações de renda. Assim, utilizamos a classificação feita pela Codeplan – DF das Regiões Administrativas com base em faixas de renda mensurada pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). Reagrupamos as Regiões Administrativas por grupo de renda da PED, com a seguinte configuração:

Alta renda: Plano Piloto, Jardim Botânico, Lago Norte, Lago Sul, Park Way e Sudoeste/Octogonal;

Média-alta renda: Águas Claras, Arniqueira, Candangolândia, Cruzeiro, Gama, Guará, Núcleo Bandeirante, Sobradinho, Sobradinho II, Taguatinga e Vicente Pires;

Média-baixa renda: Brazlândia, Ceilândia, Planaltina, Riacho Fundo, Riacho Fundo II, SIA, Samambaia, Santa Maria e São Sebastião;

Baixa renda: Fercal, Itapoã, Paranoá, Recanto das Emas, SCIA-Estrutural, Varjão e Pôr do Sol.

A Tabela 4 deixa claro que o grupo de alta renda, correspondente de forma bastante direta às Regiões Administrativas localizadas nas áreas geográficas centrais do Distrito Federal, estão subrepresentadas na amostra que respondeu o questionário. Não há grande diferença para o grupo de renda média alta. Por outro lado, os grupos de renda média baixa e baixa estão sobre-representados significativamente. Isso indica que a amostra dos que responderam não exclui alunos de baixa renda, que seriam os mais afetados pela falta de equipamentos de informática e acesso à internet.

Tabela 4: Comparação dos respondentes e não-respondentes por grupo de renda da Região Administrativa de Moradia com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego

Grupos de Renda – RAs	Não Respondente	Respondente	Total
Alta Renda	5,763	5,294	11,057
	52,12%	47,88%	100%
Média Alta	6,354	6,758	13,112
	48,46%	51,54%	100%
Média Baixa	3,899	4,694	8,593
	45,37%	54,63%	100%
Baixa Renda	942	1,112	2,054
	45,86%	54,14%	100%
Total	16,958	17,858	34,816
	48,71	51,29	100

Assim, podemos afirmar que a amostra dos discentes de graduação que participaram da pesquisa, com mais de 20 mil respondentes, traz informações únicas para uma parcela da população que não se difere significativamente dos que não participaram. Isso aumenta a confiabilidade dos dados para análises voltadas para o planejamento e passa a ser importante para a realização de pesquisas acadêmicas futuras.

Se há uma distorção é de sobre-representar os alunos e alunas em situação de vulnerabilidade, indicado por variáveis diversas, como forma de ingresso via PAS, por serem cotistas ou por residirem em Regiões Administrativas do Distrito Federal de renda média baixa e baixa. Portanto, a amostra não exclui aqueles que provavelmente tem menor disponibilidade de equipamentos de informática e acesso a internet. Dessa forma, podemos afirmar que os dados levantados na Pesquisa Social não apresentam distorções que prejudicam a estimação do público que tem menos acesso a bens e serviços para o trabalho remoto.

Por último, buscamos validar externamente os achados da Pesquisa Social com dados semelhantes coletados pelo Observatório da Vida Estudantil. A Tabela 5, no anexo, condensa os principais achados dessa outra base de dados, deixando clara a proximidade com os que são apresentados nos relatórios de dados de 2020 na

Pesquisa Social. Assim, temos também indícios de validade externa da base atual, com resultados condizentes com o de fontes alternativas, inclusive nas variáveis centrais de atenção, como acesso à internet.

Feito esse esforço metodológico de identificação de distorções na Pesquisa Social, cabe agora resumir seus principais achados, com foco no planejamento.

Resumo dos Principais Achados e Recomendações

Os relatórios que acompanham esta Nota Técnica contribuem para entender melhor a situação dos discentes e docentes da UnB em diversos aspectos. Aqui resumiremos apenas alguns mais pertinentes para apoiar o planejamento e as decisões da Administração Superior e órgão colegiados, focando nos temas relativos à viabilidade da retomada de atividades letivas de forma remota.

Em primeiro lugar, cabe destacar a grande heterogeneidade da população de discentes que preencheram questionários. A UnB, ao se tornar mais inclusiva, passa também a refletir mais claramente as desigualdades sociais profundas existentes no Brasil, tornando sua gestão interna mais complexa. O enfrentamento da pandemia, portanto, exigirá medidas efetivas de apoio aos discentes no sentido de assegurar acesso a recursos básicos necessários para o acompanhamento das atividades letivas de forma remota. O importante é que os dados coletados pela Pesquisa Social permitem balizar melhor as ações necessárias, permitindo entender sua viabilidade e escopo.

O perfil socioeconômico do corpo discente de graduação mostra uma ampla diversidade de situações. Ademais, os dados sobre disponibilidade de equipamentos de informática demonstram que 6% dos respondentes não têm computador ou tablet, próprio ou compartilhado, indicando que é necessário haver o empréstimo de equipamentos para uma parcela da população, embora em número viável de ser atendido. Repare-se que entre os docentes quase todos tem equipamentos de informática, como mostra a Pesquisa Social, contudo 18% utilizam equipamentos emprestados pela UnB. Atingir um número semelhante para alunos, ou menor, dado o que a Pesquisa Social aponta, seria passo importante para reduzir os problemas de disponibilidade desigual de equipamentos.

Já a situação do acesso à internet é mais complexa. Apesar da quase totalidade do corpo discente que respondeu a pesquisa declarar ter acesso à internet fora da UnB, aproximadamente 30% dizem ter acesso precário, lento ou não ter qualquer acesso à internet. Dessa forma, será fundamental um projeto significativamente mais amplo de apoio ao acesso à internet para que modalidades remotas de ensino possam ser implementadas. Alternativamente, seria possível considerar o uso de laboratórios de informática da UnB, respeitadas medidas de distanciamento social, uso de equipamentos pessoais de proteção e higienização, para que alunos sem

equipamentos e internet, além de condições ruins de estudo no domicílio, também documentadas pela Pesquisa Social, pudessem realizar seus estudos nas dependências da universidade.

Nesse sentido, contudo, cabe destacar, como aponta a Pesquisa Social, 74% do corpo discente é usuário de ônibus, transporte público e coletivo, como modal mais frequente de locomoção ao campus. Isso significa que liberar as dependências da universidade, principalmente laboratórios de informática, para uso durante a pandemia exporia os alunos a riscos mais elevados de contágio no processo de traslado ao campus. Cabe pensar se não seria viável permitir o acesso apenas a grupos mais restritos, como residentes da Moradia Estudantil, que podem ir a pé ao campus. Ou permitir que alunos que morem nas cercanias dos distintos campi pudessem acessá-los, independentemente de sua lotação naquele campus. Assim, discentes moradores de Ceilândia e Taguatinga poderiam utilizar o campus lá localizado, o mesmo para Gama e Planaltina, independente do curso de matrícula. Isso aproximaria a UnB ao aluno, minimizando riscos de contágio no deslocamento.

Por último, cabe destacar a necessidade de treinamento e capacitação no uso de ferramentas digitais. Isso é especialmente importante para docentes, com quase um quarto alegando que não usa com frequência a principal ferramenta de ensino remoto e a distância na UnB, o Moodle. Quase um terço dos docentes, por sua vez, declaram ter um domínio limitado (ruim ou péssimo) dessa ferramenta. Para discentes, a situação não é tão grave. Um número bem maior diz já ter usado o Moodle e um número menor, ao redor de 10%, alega não saber fazer uso adequado dessa ferramenta (domínio ruim ou péssimo).

Por último, será muito importante que todos os membros da comunidade entendam as limitações das condições de estudo e trabalho no domicílio. Quase a metade dos respondentes, entre discentes e docentes, informa ter intervenções variadas no domicílio. Para alunos, a principal limitação é inexistência de um local apropriado para estudo e concentração no domicílio, enquanto para docentes é a responsabilidade com afazeres domésticos.

Em ambos os casos, há diferenças de gênero nessas variáveis, algo que não está detalhadamente exposto nas desagregações apresentadas nos slides que foram divulgados, mas que detalhamos aqui para indicar o potencial da Pesquisa Social para análises futuras. Entre os discentes que se identificam como mulher e dizem ter interrupções nas atividades de estudo no domicílio, 69% alegam ter responsabilidades com atividades domésticas, enquanto esse número é de 60% para os homens. No que tange o cuidado de pessoas em casa, 27% das estudantes de graduação do sexo feminino mencionam esse elemento como um fator de interrupção dos estudos, frente a 21% dos estudantes que se identificam como homens. Além disso, foi perguntada a percepção sobre a divisão de tarefas no domicílio, se divididas igualmente ou se a pessoa entrevistada se sente sobrecarregada, assumindo mais responsabilidades. Novamente, dentre os

discentes, 27% das mulheres entendem que fazem mais do que outras pessoas no domicílio, enquanto apenas 11% dos homens respondem dessa forma. Para essa questão, a situação é ainda mais acentuada no corpo docente. Entre professores, as que se identificam como mulheres, 49% sentem que assumem mais responsabilidade sobre as tarefas no domicílio do que outras pessoas. Para os professores que se identificam como homens, esse valor é de 12%. Já 63% dos professores homens entendem que há uma divisão igualitária do trabalho doméstico, frente a 32% das professoras mulheres. Portanto, há uma clara diferenciação de gênero nas perspectivas sobre a divisão do trabalho nas residências, com indícios claros que mulheres se sentem sobrecarregadas.

Ter a compreensão das dificuldades impostas ao estudo e trabalho remoto, em ambientes domiciliares que não são apropriados para essas tarefas, será importante para uma relação mais harmoniosa entre os segmentos da universidade nesse período excepcional.

Como a breve discussão de gênero acima deixa claro, outro aspecto importante da Pesquisa Social é permitir mapear as desigualdades de condições dos membros da comunidade acadêmica. Uma vez que a universidade pública passou a ser mais inclusiva por meio da adoção de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, ela passa a ter que lidar e a ser afetada pelos graves problemas de desigualdade social que marcam a sociedade brasileira. Assim, foram analisadas algumas desagregações de dados para a amostra de discentes da graduação por campi, gênero, cor da pele/etnia e renda em relação a variáveis sobre disponibilidade de equipamentos de informática, acesso à internet e condições de trabalho na moradia. Fundamental destacar que o banco permite inúmeras outras possibilidades.

De toda sorte, fica claro que discentes do campus de Planaltina, que declaram identidade de gênero não limitada às categorias binárias (nas próprias palavras dos entrevistados: agenero, não binário, trans, nenhuma, neutro, fluido, travesti, Transvestigenero, pessoa trans, Transgênero não binário, gender fluid, queer, bigênero, dentre outras), os indígenas e os discentes de baixa renda apresentam os resultados mais dissonantes da amostra entrevistada, com menos disponibilidade de equipamentos, acesso mais restrito à internet e piores condições de estudo no domicílio. Olhamos também a situação de discentes que indicam ter algum tipo de deficiência e constatamos que esse grupo não tem valores muito distintos de outros: 8% declaram não ter computador ou tablet e 13% internet limitada (sem acesso, precária ou lenta). Ou seja, esse grupo específico pode ser atendido por editais gerais que enfoquem em renda. De qualquer forma, atenção especial aos grupos com acesso mais limitado que os demais pode fazer parte do leque de ações empreendidas pela UnB para inclusão digital e de informática.

Para viabilizar que, de fato, a retomada das atividades letivas de maneira remota não aprofunde desigualdades, são necessárias medidas assertivas de

disponibilização de equipamentos de informática e de acesso à internet. Além disso, devem ser consideradas as condições domésticas de estudo, principalmente para os que estão em situação de vulnerabilidade. Em suma, os desafios para adoção de modalidades remotas de ensino exigem considerar as desigualdades internas da universidade, que ao se tornar mais inclusiva, reflete melhor a realidade da sociedade brasileira. Esses desafios são mais complexos, mas não intransponíveis.

Anexo:

Tabela 5: Perfil socioeconômico do estudante da Universidade de Brasília - Etapa registro. 2015-2017

	Darcy Ribeiro	Ceilândia	Gama	Planaltina	Total
n	18981	1567	1496	786	22830
Gênero					
Masculino	50,7	24,1	77,7	48,9	50,6
Feminino	48,3	74,8	20,7	49,6	48,3
Prefiro não me identificar	1,0	1,1	1,7	1,5	1,1
Raça/cor/etnia					
Branca	45,6	35,7	48,8	31,8	44,7
Preta	10,6	13,0	7,7	13,1	10,6
Amarela	2,4	3,1	2,4	2,7	2,5
Parda	40,9	47,8	40,4	51,4	41,7
Indígena	0,5	0,5	0,6	1,0	0,5
Com quem reside					
Com os pais	85,0	89,8	89,8	78,4	85,4
Com parentes ou amigos	6,1	5,7	6,0	10,0	6,2
Cônjuge, com filhos	2,1	1,8	0,6	4,0	2,1
Cônjuge, sem filhos	1,7	0,6	0,6	1,9	1,6
Em pensão	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1
Em república	0,5	0,1	0,2	0,1	0,5
Em Residência Estudantil - CEU	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1
Sozinho	3,3	1,4	2,0	4,2	3,1
Outros	1,1	0,5	0,6	1,5	1,0
UF de residência					
Distrito Federal	88,7	91,1	81,2	84,1	88,2
Goiás	6,6	6,1	11,5	12,3	7,0
Minas Gerais	1,1	0,8	2,0	0,8	1,2
Outras	3,6	2,0	5,4	2,8	3,6
RA de residência					
RA I Plano Piloto	20,4	2,8	9,8	4,9	18,0
RA II Gama	3,8	4,6	15,0	2,5	4,5
RA III Taguatinga	8,1	19,1	10,6	3,7	8,9
RA IV Brazlândia	1,0	2,2	0,3	0,5	1,0
RA IX Ceilândia	8,1	28,4	7,6	4,2	9,4
RA V Sobradinho	6,3	1,9	2,1	22,9	6,3
RA VI Planaltina	3,1	0,4	1,3	41,6	4,0
RA VII Paranoá	1,2	0,4	0,5	3,1	1,1
RA VIII Núcleo Bandeirante	1,5	0,9	1,0	0,0	1,4
RA X Guará	7,0	4,3	5,5	2,6	6,6
RA XI Cruzeiro	2,5	1,0	1,4	0,6	2,3
RA XII Samambaia	4,0	11,0	6,2	1,2	4,5
RA XIII Santa Maria	2,8	3,0	6,5	1,9	3,0
RA XIV São Sebastião	2,7	0,9	1,6	1,9	2,5
RA XIX Candangolândia	0,7	0,4	0,3	0,2	0,7
RA XV Recanto das Emas	2,1	4,0	3,5	1,1	2,3
RA XVI Lago Sul	2,6	0,1	1,9	0,2	2,3
RA XVII Riacho Fundo	1,4	1,6	2,2	0,8	1,4
RA XVIII Lago Norte	2,3	0,2	0,8	0,8	2,0
RA XX Águas Claras	6,8	5,9	8,5	1,4	6,7
RA XXI Riacho Fundo II	1,0	1,1	1,9	0,2	1,0
RA XXII Sudoeste/Octogonal	2,9	0,4	3,2	0,5	2,7
RA XXIII Varjão	0,1	0,1	0,0	0,6	0,1
RA XXIV Park Way	1,4	0,6	2,5	0,0	1,4
RA XXIX SIA	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
RA XXV SCIA	0,3	0,3	0,1	0,0	0,2
RA XXVI Sobradinho II	1,1	0,1	0,3	2,2	1,0
RA XXVII Jardim Botânico	1,9	0,5	1,5	0,0	1,7
RA XXVIII Itapoã	0,6	0,2	0,2	0,3	0,5
RA XXX Vicente Pires	2,4	3,4	3,8	0,3	2,5
RA XXXI Fercal	0,1	0,0	0,0	0,2	0,1
Renda mensal da família					
Até 3 SM	27,2	40,2	22,8	54,3	28,7
De 3 a 10 SM	35,8	43,5	41,9	36,7	36,7
De 10 a 20 SM	20,6	13,1	22,0	7,5	19,8
Mais de 20 SM	16,4	3,2	13,3	1,6	14,8
Convenio ou plano de saúde					
Sim	56,0	40,0	54,2	27,8	53,8
Não	36,3	51,0	37,6	62,4	38,3
Ignorado	7,7	9,0	8,2	9,7	7,9
Computador em casa					
Sim	95,6	94,3	96,5	89,3	95,3
Não	4,4	5,7	3,5	10,7	4,7
Conexão de internet em casa					
Sim	94,3	93,0	95,4	86,6	94,0
Não	5,7	7,0	4,6	13,4	6,0

Fonte: OVE/UnB, Pesquisa Perfil do estudante da UnB - Etapa registro, 2015-2017
Observatório da Vida Estudantil, NESUB/CEAM/UnB